

Constituição do arquivo, utilização e possibilidades de pesquisa no acervo histórico-documental da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas

Cláudia Tomaschewski

Darlene Bederode de Ávila; Sandra Halfen Silveira;

Taciana da Rocha Casanova

Resumo

O artigo aborda a constituição e usos do Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Esta irmandade da Misericórdia, assim como outras de mesmo nome, possui uma coleção de documentos sobre a história social dos séculos XIX e XX. Temas como saúde, infância, religião, economia, política, redes sociais, caridade, enfim, documentos sobre relações entre grupos sociais diversos podem ser encontrados neste acervo.

Palavras-chave: Preservação de acervos. Fontes. Irmandades. História social.

Introdução

Este artigo trata da constituição do Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, do processo de organização e higienização do acervo documental e fotográfico, da utilização e possibilidades de pesquisa neste arquivo, que guarda documentos desde a criação da irmandade em 1847, passando por datas limite variadas para os diversos fundos. Entre o acervo que a Santa Casa de Pelotas possui estão livros manuscritos (que medem aproximadamente 40,5 cm de altura por 27,5 cm de largura, com cerca de duzentas páginas), que tratam da contabilidade, dos internamentos ocorridos no hospital, dos enterra-

* Mestre em História.

** Alunas do bacharelado em Museologia da UFPEL, estagiárias no Memorial da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

mentos no cemitério, do registro de irmãos, do contrato de empregados, das doações recebidas. Há ainda livros datilografados, como os copiadores de ofício a partir de 1907, e impressos, como grande parte dos relatórios administrativos da Irmandade de Pelotas e outras casas de Misericórdias, como as de São Paulo, Porto Alegre e Rio Grande. Entre os documentos avulsos, de variados suportes e procedências, estão recortes de jornal, correspondência de associações e sindicatos médicos, cópias de testamentos e inventários, registros de imóveis, bilhetes diversos, comunicação interna. Também há uma quantidade considerável de fotografias e material fotográfico do século XX. Além disso, há uma série de objetos, em sua maioria de uso médico, que aguardam pesquisa, documentação e exposição. A documentação escrita e fotográfica que atualmente constitui o Arquivo Histórico é objeto de análise deste artigo, no qual são destacadas as formas de organização e a sua futura inserção num projeto mais amplo, que dará conta também do acervo de objetos. Por ora, apresentamos os resultados na organização e higienização do referido arquivo.

A constituição de arquivos públicos e a prática historiográfica estão profundamente ligadas. Sabemos que, no Brasil, os primeiros arquivos públicos foram organizados a partir do século XIX, momento em que também houve um esforço consistente para produzir uma versão oficial da história nacional. No mesmo ano de 1838 foram fundados o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Público Imperial. Ainda assim, a consulta a este arquivo não

era pública, mas servia diretamente aos interesses de governabilidade. O interesse em recolher documentação histórica ficou mais restrito à atuação do IHGB.¹ A partir desse momento, a documentação produzida pelo Estado foi a base material para a produção de história. Ao longo do século XX, porém, houve um crescente interesse pela diversificação das fontes. Acervos de instituições diversas e, mesmo, de particulares passaram a ser utilizados pelos historiadores. Os arquivos das irmandades, em especial das Santas Casas, fazem parte dessas novas possibilidades de pesquisa, especialmente em temas nos quais grupos e posições sociais merecem um interesse destacado.²

Esta busca por novas fontes leva a que haja um contato maior com arquivos privados, os quais nem sempre têm uma política clara de consulta. Quanto aos arquivos das Misericórdias, para sua consulta, na maioria das ocasiões, é necessário obter autorização dos dirigentes das irmandades. Isso ocorre quando os arquivos não estão organizados e não há uma rotina de consulta. Este era, em parte, o caso da Misericórdia de Pelotas, cuja política de consulta dependia de um longo processo burocrático. Em algumas Santas Casas a consulta é semelhante à de arquivos públicos, situação que ocorre, por exemplo, no Centro de Documentação e Pesquisa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (CEDOP) e na Irmandade do Senhor dos Passos, que mantém o Imperial Hospital de Caridade em Florianópolis.

Entretanto, isso não ocorre em todas as Santas Casas. Como exemplo de indis-

posição à consulta há a Irmandade do Rio de Janeiro, onde a pesquisa é bastante restrita, segundo as historiadoras Tânia Salgado Pimenta e Isabel dos Guimarães Sá.³

Para que exista uma boa política de consulta, torna-se necessário um setor no interior da irmandade que mantenha o acesso ao público. Isso vem sendo tentado na Misericórdia de Pelotas e espera-se que até março ocorra uma definição de horário aos visitantes e pesquisadores, bem como normas de acesso e consulta que deverão ser seguidas por todos. Para que nossos leitores tenham uma ideia inicial sobre o tipo de acervo disponível nessas instituições faz-se uma introdução às Misericórdias; em seguida, trata-se do processo de organização do Arquivo da Santa Casa de Pelotas e, por fim, abordam-se algumas possibilidades de pesquisa com as tipologias documentais.

As Santas Casas de Misericórdia

A exemplo da irmandade de católicos leigos organizada em Lisboa em 1498, rapidamente se espalharam instituições semelhantes pelas ilhas do Atlântico, Ásia e Norte da África e, aos poucos, e crescentemente, nos territórios de dominação portuguesa na costa ocidental da África e Brasil. As irmandades da Misericórdia eram normalmente organizadas por homens das elites econômicas, sociais e políticas locais; por isso, apresentavam uma série de restrições ao ingresso.⁴ A partir do compromisso de Lisboa de 1618, as Santas Casas

apresentaram poucas vantagens materiais para os novos sócios, que por certo as obtinham por meio das redes sociais formadas em razão do pertencimento à irmandade. Eram irmandades leigas, que deviam ter seus compromissos aprovados pelo Estado, na parte material, e pela Igreja, na parte espiritual, mas só deviam a essas instituições contas dos serviços prestados. O modo de organização das irmandades era decidido localmente, ainda que em alguns casos irmandades centrais, como as de Lisboa, Goa, Bahia e Rio de Janeiro, tenham servido de modelo às demais criadas nas periferias dessas regiões.

Também o Rio Grande do Sul, território colonizado por portugueses no século XVIII, contou com essas irmandades. Seguindo o ritmo observado para o Brasil e para a costa ocidental da África, as Misericórdias rio-grandenses foram fundadas após a implantação de instituições políticas e econômicas. Em 1803, a vila de Porto Alegre recebeu do rei autorização para fundar um hospital, que foi elevado ao *status* de Misericórdia em 1814. Já em Rio Grande, a Irmandade do Espírito Santo e Caridade foi transformada em Misericórdia em 1841.

Russel-Wood, ao estudar a Misericórdia da Bahia no período colonial, definiu a instituição como semiburocrática (entenda-se semiestatal). Porém, ainda que possuíssem forte ligação com o Estado e também com a Igreja, as Santas Casas eram associações voluntárias independentes, que obtinham recursos e privilégios do Estado. São uma das instituições que, talvez, melhor definam a pouca separação entre o pú-

blico e o privado no Brasil, já apontada por Richard Graham e Adrián Gurza Lavalle.⁵

A atuação das Misericórdias foi dirigida a vários “necessitados” ao longo do tempo. Eram mantidos hospitais, capelas, cemitérios, asilos, orfanatos, recolhimentos para mulheres, hospícios, que geraram uma grande quantidade de registros administrativos, contábeis e assistenciais. Eram instituições bastante importantes no mundo luso-brasileiro, pelas quais passaram indivíduos das mais diversas posições sociais: desde os dirigentes que pertenciam às elites locais, passando por grupos de estratos médios, que pagavam por serviços, até os pobres, que eram assistidos por caridade.

Essa grande quantidade de atividades assistenciais gerou também um número considerável de registros sobre assistidos, assistentes, preços, serviços, relações sociais. É possível, por exemplo, observar a relação entre dirigentes e:

- Estado (municipal, provincial/estadual, nacional), representado por políticos e funcionários públicos;
- profissionais da assistência: padres, médicos, enfermeiros, serventes, cozinheiros, freiras e diversos prestadores de serviços;
- outras instituições de caridade, como, no caso de Pelotas, o Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição, destino de muitas meninas expostas na roda da irmandade, e o Asilo de Mendigos, fundado em 1884 e que enviava muitos homens e mulheres para serem curados no hospital;

- associações diversas com as quais a Misericórdia mantinha convênio para prestação de serviços, como irmandades e sociedades de socorros mútuos;
- os assistidos individualmente, que aparecem quantitativamente e com diferentes classificações nos registros seriais e são alvo de conversas e ofícios quando infringem alguma norma ou são motivo de atenção especial, como, por exemplo, no caso de “doença suspeita”.⁶

As possibilidades de utilização serão abordadas mais adiante, mas é possível antecipar a riqueza dessa documentação observando o que significava a Misericórdia no século XIX. Podemos dizer que as irmandades da Santa Casa eram as responsáveis pelo “social”. Se naquele momento o Estado se preocupava mais com estradas, comércio, colonização e segurança pública, delegava às Misericórdias, mediante subvenção, uma série de cuidados para com pessoas em posições e situações difíceis, como velhos, doentes pobres, policiais, soldados, presos, órfãos, mulheres “sem estado”, entre outros grupos e indivíduos considerados vulneráveis. Além disso, essas irmandades administravam a maior parte dos registros de morte e possuíam uma estrutura em bens, prédios e serviços que não pode ser ignorada. Justamente por ter de prestar contas ao Estado, esta documentação foi bem elaborada e guardada, tanto que o material utilizado está em bom estado de conservação.

A construção do arquivo na Santa Casa de Pelotas

Em 2003, o acervo histórico da Santa Casa de Pelotas foi transferido de sala tendo em vista a criação de novas enfermarias no hospital. Esse acervo se encontrava numa sala sem muitas condições de preservação, mas parcialmente organizado em estantes de madeira. Após a transferência, os livros, papéis e fotografias foram dispostos sobre poucas mesas e alguns colocados no chão. O processo de higienização e organização do acervo histórico da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas teve início em 2004. Nos cinco meses transcorridos entre junho e outubro desse ano, foi realizada a organização parcial em mesas e armários improvisados e a higienização superficial do acervo.⁷ Nos anos seguintes, durante a pesquisa realizada para uma dissertação de mestrado,⁸ houve um esforço na manutenção da limpeza parcial (remover o pó dos livros e incentivar a administração na limpeza do piso das salas).



Figura 1 – Acervo em 2006

Em 2006 foi realizada uma dedetização para combater os insetos que se haviam acumulado após a acomodação no local de documentos provenientes da capela da irmandade. O procedimento teve resultado tardio. Nos meses iniciais de 2007, quando houve a participação voluntária de alunos do curso de Licenciatura Plena em História da UFPel para início da limpeza sistemática e acomodação dos livros em estantes, foram encontrados cupins e traças vivos. Porém, em novembro do mesmo ano, quando teve início o projeto de extensão “Prática em Organização de Acervos Históricos”, não foram mais encontrados insetos vivos. Este projeto ocorreu entre dezembro de 2007 e maio de 2008 e contou com a participação de alunos dos cursos de licenciatura em História e bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas, os quais deram continuidade ao trabalho de limpeza e armazenamento dos livros em estantes de metal. Entre julho e dezembro de 2008 houve a contratação de três estagiárias do curso de Museologia, o que possibilitou um arranjo mais sistemático do arquivo. O trabalho de organização também contou com a participação de três alunos do curso de bacharelado em História.⁹



Figura 2 – Acervo em 2007

Todo o acervo da Santa Casa passou por três fases: higienização, catalogação e armazenamento. O processo de higienização foi realizado numa sala separada do arquivo, para que a sujeira retirada dos materiais não se depositasse naqueles que já haviam sido limpos e armazenados. A catalogação foi sendo realizada em livro manuscrito concomitante ao processo de higienização, ao passo que o armazenamento foi feito à medida que eram concluídos os processos anteriores, sendo o material depositado em estantes de metal numeradas.

Na higienização, que é a primeira fase desse processo, a limpeza dos livros ocorreu de maneira mecânica, sendo utilizado pincel macio para higienizar folhas e documentos avulsos. Foram utilizadas flanelas e álcool para higienizar as capas dos livros, que não são originais; por isso, não havia prejuízo ao acervo. Nos documentos havia grampos e cliques de metal, que foram removidos com o auxílio de um bisturi. Como já referido, em sua maioria o acervo é constituído de documentos manuscritos e impressos, porém existem fotografias, postais, negativos de postais e *slides* de retroprojeter, os quais foram higienizados de maneira específica e com mais cuidado, dada a sensibilidade do material. Desse modo, as fotografias e os postais foram limpos com auxílio de um pincel bem macio; nos negativos de postais, que na frente são de metal e atrás são de madeira, foi utilizada cera líquida neutra e uma flanela branca; por último, os *slides* foram higienizados com flanela branca.

No decorrer do processo de higienização do acervo foram encontrados materiais muito deteriorados. Foi o caso da documentação proveniente da capela, que já antes de ser levada para o arquivo estava sendo atacada por fungos e brocas, os quais infestaram o restante do acervo, que, como já relatado, sofreu uma dedetização em 2006. Ainda assim, a maior parte do acervo encontra-se em bom estado de conservação.



Figura 3 – Higienização: remoção de grampos de fotografias

Na catalogação, primeiramente, foi estipulado como seria o número de registro dos documentos e as demais informações a serem observadas. Assim, no livro de inventário foi colocado o número de registro de cada documento. Por exemplo (ASCP1A01): o período do livro, a descrição (quando existente o termo de abertura), o estado de conservação e observações referentes às características de cada material (número de páginas dos livros, volumes e outras informações relevantes). No número de registro as siglas (ASCP) fazem referência a Acervo da Santa Casa de Pelotas; o número 1 corresponde ao fundo; a letra A designa a série e o número após a letra 01 é o número do documento.

Segundo Heloísa Liberalli Belloto, é indispensável que a ordenação de arquivos permanentes se faça por fundos.¹⁰ Como os documentos em questão se compõem quase que exclusivamente de um fundo, sendo em sua maior parte proveniente da escrituração da irmandade, a sua organização respeitou as instâncias de produção e/ou utilização dos documentos, o que possibilitou a divisão do acervo em sete fundos: 1) Administração, 2) Hospital, 3) Cemitério, 4) Contabilidade, 5) Outras Procedências, 6) Capela, 7) Material Fotográfico. Cada fundo possui um número na ordem enumerada acima e foi subdividido em séries que respeitam a tipologia documental. Assim, a administração foi dividida em relatórios, ofícios, e assim sucessivamente, sendo estas séries representadas pelas letras A, B, C, que servem para determinar os documentos contidos em cada fundo.

O agrupamento de documentos no fundo é realizado de forma lógica; assim, ocorre sempre uma visualização da proveniência do acervo. Se o documento é proveniente da instituição, observa-se a qual departamento está ligado para a sua classificação. As séries são necessárias para uma melhor organização, pois documentos que provêm de um mesmo departamento podem tratar de assuntos diferentes.

Por ora, foram respeitadas as instâncias de produção do século XIX e começo do XX. Como bem lembra Pedro Pentead, muitas vezes a utilização de uma classificação fundamentada na administração moderna dificulta a compreensão da produção de documentos no passado. Desse modo, hoje, e mesmo já no começo do século XX, é possível distinguir a Administração (funcionários contratados) da Mesa (composta por irmãos), o que não ocorria

nas primeiras décadas de funcionamento, quando a Mesa cuidava diretamente de todos os assuntos da irmandade.¹¹ Por isso a existência de um fundo Administração, que integra todos os documentos produzidos ou solicitados pelo escrivão, segundo cargo da Mesa que cuidava de toda a documentação administrativa. Os fundos Hospital e Cemitério dizem respeito aos principais aparelhos assistenciais da Misericórdia que mantinham escriturações em separado, enquanto Contabilidade compreende os documentos sob responsabilidade do tesoureiro. O fundo Outras Procedências guarda todos os documentos não produzidos pela Santa Casa e possui várias procedências, as quais não se julgou conveniente separar, pois é grande a variedade de documentos. Em Capela estão todos os documentos produzidos por esta repartição, e o fundo Material Fotográfico é o único que não respeita procedência, mas suporte, podendo ser realocado após a classificação do acervo de objetos.

Quadro 1 – Amostra: fundo administração (1), série relatórios (1A)

Número de registro	Datas limite	Descrição	Estado de conservação	Observações
ASCP1A01	ago. 1862/ dez. 1890	Relatórios da provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas	Regular (Possui fungos)	Volume constituído de 14 relatórios que datam de 1862 a 1890
ASCP1A02	1905/1910	Relatórios da provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas	Regular (Possui fungos)	Volume constituído de 3 relatórios que datam de 1905 a 1910
ASCP1A03	1911/1917	Relatórios da provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas	Regular (Possui fungos)	Volume constituído de 4 relatórios que datam de 1911 a 1917

Quadro 2 – Amostra: fundo Hospital (2), série Movimento Geral de Enfermos (2A)

Número de registro	Datas limite	Descrição	Estado de conservação	Observações
ASCP2A06	1º jun. 1890- 31 dez. 1893	Servirá este livro que contém duzentas folhas, que vão por mim rubricadas com a rubrica Arroio Grande, de que uso, para nele se lançar o movimento de enfermos do hospital da Santa Casa de Misericórdia desta cidade.	Regular (Possui fungos)	O livro está com duas páginas em branco e apresenta fita adesiva entre as páginas e deteriorações nas bordas das folhas.
ASCP2A07	20 jan. 1894 - 24 out. 1898	Servirá este livro, que contém 199 folhas, que vão por mim rubricadas com a rubrica Dr. Francisco Moreira, de que uso, para nele se lançar o movimento de enfermaria do hospital da Santa Casa de Misericórdia desta cidade.	Regular	A capa está se desprendendo do livro e algumas folhas apresentam deterioração nas bordas.
ASCP2A08	24 out. 1898 - 31 dez. 1902	Movimento de enfermos do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.	Regular	Este livro não possui nota de abertura. Possui fita adesiva e rasgos em algumas folhas.

Nos Quadros 1 e 2 há uma amostra de como foi realizado o processo de catalogação dos documentos da Santa Casa. Assim, como foi explicado, podemos visualizar claramente o número de registro, que segue

o mesmo padrão para os demais documentos, mudando somente os números e as letras. Ao observar o período dos documentos, vemos que havia livros que continham informações completas sobre datas, como o

dia, mês e ano, ao passo que em outros documentos só ocorria a informação do ano e, em alguns poucos, como documentos avulsos, não houve registro de data. A título de exemplo, nos livros do hospital (Tab. 2), na série Movimento Geral de Enfermos, as datas limite eram observadas a partir da primeira e da última entrada de paciente. Dentro das séries, a catalogação foi realizada a partir das datas iniciais. Como os livros mais antigos foram catalogados primeiro, era possível observar se algum livro havia se perdido. Na descrição foram colocados o nome do livro, a sua utilidade e, em caso de possuir, o termo de abertura, como é o caso de dois dos livros de internamento mostrados na Tabela 2, para que, em caso de perda, o livro pudesse ser localizado com mais facilidade.

A descrição é importante porque por meio dela o pesquisador saberá o que encontrar em determinado livro. É interessante também que a descrição esteja presente em catálogos dispostos ao público, pois, assim, pesquisadores de outras cidades saberão se há no arquivo documentos que interessam à sua pesquisa. Para o diagnóstico do estado de conservação dos documentos foram utilizados quatro parâmetros: bom, regular, ruim, péssimo. Somente um documento teve a classificação “péssimo”: um dos primeiros livros da Santa Casa de movimento de enfermos do ano de 1848; os demais livros foram diagnosticados como bons e regulares. Nas observações constaram características gerais dos livros, como, por exemplo, se eram manuscritos ou datilografados, o número de folhas, em alguns o tipo da folha, se tinha

algum rasgo ou sofrido alguma intervenção humana (fita adesiva) ou por agentes da natureza (insetos, fungos, brocas).

No final do processo foram catalogados 379 livros, sendo 90 do fundo Administração (1847 até 1994), 96 do Hospital (1848 até 1984), 60 do Cemitério (1855 até 1975), 30 do fundo Contabilidade (1847 até 1960), 20 de Outras Procedências (1822 até 1988), 83 da Capela (1828 até 1971). Além dos livros, foram catalogados 208 fotografias (1928/1995), 20 postais (20 junho 1947), 18 *slides* de retroprojeter (sem data) e 2.840 documentos avulsos.

Depois de ser catalogado, cada livro recebeu uma etiqueta com o número de registro, a qual foi colada, nos livros maiores, na capa; nos livros com capa original, foi colocado na parte interna do livro, no canto esquerdo, com lápis 6B. Nas fotografias, postais e *slides* de retroprojeter a marcação foi colocada no canto esquerdo do verso com o lápis 6B. Nos documentos avulsos não foi colocada a sigla (ASCP), apenas o número do fundo, a letra, o número de registro, e cada folha recebeu doc. 001, doc. 002, doc. 003, e assim sucessivamente para cada documento. Como exemplo, 1A01 doc. 001, para que, dessa forma, os documentos não se misturassem com os demais. Os documentos que estão nas pastas de poliondas, além de possuir o número de registro, têm uma etiqueta colada na pasta para facilitar a localização do acervo.

O armazenamento do acervo foi feito em estantes forradas com tecido TNT. Num lado da estante foi colocado velcro para que fosse mais fácil ter acesso aos livros. Os livros menores, como os relató-

rios, além de ficarem nas estantes, estão em caixas de poliondas, para que fiquem mais protegidos. Os documentos avulsos foram enrolados com papel de seda e também colocados em pastas de poliondas, por serem mais sensíveis à deterioração. As fotografias e os postais foram guardados em envelopes de papel de seda para que fiquem protegidos; os negativos de postais e *slides* de retroprojeto estão envoltos em TNT, todos em pastas de poliondas.



Figura 4 – Armazenamento de acervo em 2008

Todas as estantes estão numeradas e com etiquetas que contêm informações sobre os livros que estão na sua parte interna. Ao todo são 13 estantes, das quais 12 contêm livros e fotografias e documentos avulsos. Desse modo, a partir da consulta ao catálogo é facilitada a localização e evitado o manuseio desnecessário do acervo.

Por haver documentos de diversos tamanhos, não foi possível armazenar todos nas estantes de metal. Portanto, utilizamos uma estante de madeira bem ampla para armazenar documentos avulsos, como jornais, diplomas e plantas da fachada da

Santa Casa. Entretanto, dois documentos não couberam na estante e foram colocados sobre uma mesa. Todos os documentos estão devidamente envolvidos em papel de seda e separados um a um com TNT, para que fiquem mais protegidos e conservados por mais tempo.

É possível que os documentos ainda passem por um processo de reclassificação após a integração em um sistema de arquivos, mas os resultados obtidos até agora permitem uma boa conservação e fácil acesso ao acervo. Após a informatização do catálogo, pretende-se elaborar um inventário ou guia de fontes, que será disponibilizado em papel ou na internet.

O acervo das Misericórdias: possibilidades de pesquisa

Os registros das Misericórdias vêm sendo utilizados há alguns anos por pesquisadores brasileiros. O mais comum é que se busque registro para tratar um grupo de assistidos: expostos, loucos, mortos, escravos, mulheres, presos, etc. Normalmente os trabalhos existentes tratam de uma história institucional ou de um desses grupos.¹² No caso do acervo da Misericórdia de Pelotas, foram realizadas pesquisas de temas diversos, como prisão, imigração, cidade, tuberculose, expostos, além daquelas que abordaram diretamente a atuação da irmandade.¹³

A documentação produzida é diversa, incluindo atas de reuniões, registros de ofícios, registros de enterramento no cemitério e internamento no hospital, relatórios,

contratos, inventários, livros de ingresso de irmãos, de registro de benfeitores, de contabilidade dos diversos aparelhos assistenciais. Esta documentação pode ser generalizada, pois as diversas irmandades tinham públicos e formas de atuação semelhantes e produziam documentos muito parecidos.

As atas de reuniões da Mesa são registros bastante interessantes para a pesquisa, pois nessas reuniões eram discutidos assuntos de importância para a irmandade, que incluíam decisões sobre as mais variadas esferas de atuação. As atas são o local privilegiado para um estudo institucional. Se queremos saber como funcionava a Irmandade da Misericórdia, temos de ler esta documentação, na qual podemos observar formas de eleição, ingresso de irmãos, distribuição de socorros, relacionamento com outras pessoas e/ou instituições. Podemos saber dos ofícios enviados para a instituição, mesmo com a possibilidade de frustração quanto à elucidação de seu conteúdo. A título de exemplo, cito um ofício recebido da União Operária em 1914, sobre o qual “foi resolvido depois de discutida a sua pouco delicada redação, queimá-los, sem resposta alguma”.¹⁴

Um tipo de documento especialmente interessante são os registros de ofícios e documentos. Existem dois livros manuscritos, em bom estado, que cobrem o período de 1847 até 1907. Esses documentos são transcrições literais de ofícios e documentos enviados para empresas, Estado, associações, particulares e instituições diversas. Estão registrados também todos os relatórios enviados ao presidente da

província e os que foram produzidos na passagem da administração a uma nova Mesa. Nos anos subsequentes, tipo semelhante de registro foi feito em copiadores em papel de seda com utilização de carbono, manuscritos ou datilografados. Esta modernidade na escrita trouxe problemas para a conservação dos documentos, pois o papel é mais frágil e o carbono se apaga e borra em contato com a umidade, um grave problema na cidade, que tem altas taxas de umidade no ar.



Figura 5 – Movimentos de enfermos em 1900

Como exemplo da utilização qualitativa podemos citar o acompanhamento que se pode fazer da situação de quatro “africanos livres” enviados a Pelotas pela Misericórdia de Porto Alegre em 1852. Esses africanos eram homens e mulheres trazidos da África após a proibição do tráfico em 1850, muitos deles destinados ao trabalho compulsório nas Santas Casas. A situação pode ser observada no relatório do vice-presidente da província Luiz Alves Leite de Oliveira Bello:¹⁵

Foram concedidos o ano passado pelo Governo Imperial à esta Santa Casa [de Porto Alegre] os serviços de 25 africanos livres, dos quais morreu 1; e dos dezessete, que sobreviveram à vinte, que foram apreendidos este ano, dos quais desembarcaram na costa de Tramandaí, concedi-lhes 9, sendo que os outros 8 distribuídos pelas casas de Misericórdia das cidades de Pelotas, e Rio Grande.¹⁶

No caso dos africanos enviados para Pelotas, e possivelmente também para os que foram para a Misericórdias e instituições de caridade de outras cidades, pode ser acompanhada parte de sua trajetória de vida. Podemos saber que nos primeiros anos eles não recebiam salário, pois, como informou o escrivão que elaborou o relatório do provedor em 1854, a Santa Casa tinha “quatro africanos livres, dois homens e duas mulheres (acham-se casados) um d’aqueles serve de cozinheiro e os outros são serventes. Até hoje não se lhes tem dado gratificação alguma, no entanto parece indispensável atenta sua *condição* e pobreza”. A referência à condição pode expressar a sapiência dos dirigentes da Misericórdia em relação à liberdade devida aos escravos; ainda assim, eles não recebiam salário, situação que também ocorria na Santa Casa de Porto Alegre. A partir desse momento os trabalhadores passaram a receber uma “gratificação”, num valor bem abaixo do que recebiam os outros trabalhadores.

Em 1855 faleceu Joaquim Benguela, casado com Christina, da mesma nação, por “epidemia reinante” (cólera); o outro casal trabalhava naquele momento no Lazareto organizado por Domingos de Al-

meida e outros, nas margens do arroio Pelotas.¹⁷ Mais tarde, vemos que ele deixou uma filha, pois em 1858 o provedor informava que a viúva “tem uma cria do sexo feminino que já conta 5 anos”.¹⁸

Podemos também conhecer as brigas e disputas ocorridas entre os empregados do hospital. Em 1859 o provedor pedia a “troca” de um casal de africanos, pois Matheus, cozinheiro, havia ameaçado de morte o primeiro enfermeiro, que o havia repreendido por sair do estabelecimento e deixar a comida queimar.¹⁹ Dois anos depois, os trabalhadores mostravam-se insatisfeitos com a sua situação e falta de liberdade, tendo-lhes sido concedido um salário mensal de vinte mil réis, com o que “agora andam muito satisfeitos”; todavia, parece que nem tão satisfeitos, pois dois anos depois a Mesa informava em relação aos três africanos livres: “Apesar de se gratificar com 20 mil réis mensais a cada um não se mostraram satisfeitos por se julgarem ainda sem liberdade, e por isso se lhes franqueou a saída, sendo substituídos por um cozinheiro e uma preta alugada, pagando-se a lavagem de roupa a pessoa de fora.”²⁰

Essa situação pode ter se originado na briga de 1859, pois pelo relatório ao presidente da província vemos que naquele ano, em presença do chefe de polícia, os trabalhadores reclamaram da sua situação, “alegando o muito tempo que já tinham servido”, ao que o chefe lhes respondeu que, “se não estavam satisfeitos, podiam procurar sua vida em qualquer arrumação para fora, isto perante o irmão escrivão daquela época o capitão José Maria de Fontoura Palmeiro e de outros

irmãos da Santa Casa.”²¹ À semelhança dessa situação, os documentos descritivos, como atas, ofícios e relatórios, podem conter informações sobre diversos indivíduos e instituições que de alguma forma se relacionavam com a irmandade.

Os registros quantitativos e produzidos em série são também bastante relevantes para estudos de demografia histórica, epidemiologia, história da saúde e das doenças, mapeamento de trabalhadores pobres e ocupações de ricos. São diversos livros de registro de entrada no hospital, de doações recebidas, de contabilidade, de contrato de empregados, de ingresso de irmãos, de enterramentos no cemitério, de venda de terrenos, de catacumbas de irmandades, entre outros.

Os registros do cemitério existentes no Arquivo desde 1868 até 1937 são bastante relevantes para a demografia histórica. Esses registros são especialmente importantes para o período do Império, pois a partir da década de 1850 as Misericórdias, inclusive a de Pelotas, passaram a monopolizar os enterramentos nos novos cemitérios extramuros.²² Nesses livros é comum que conste número de entrada, nomes e filiações (no caso de escravos, o nome do senhor), idade, naturalidade, cor, estado (casado, solteiro, viúvo), rua, moléstia, sepultura, carros (para transporte até o cemitério).

Os livros de registro de enfermos são os mais completos em informações. Se nos registros fúnebres não era prática anotar a profissão, nos de internamento é raro um registro em que não conste a “ocupação”. Além dos livros de porta geral existentes

desde 1848, a partir da década de 1920 foram produzidos também registros para as enfermarias particulares e enfermarias específicas, como a de partos, fundada nessa época.

Já os diversos registros contábeis podem ser úteis para a elaboração de tabelas de preços de artigos os mais variados, como alimentação, vestuário, material de construção, medicamentos, artigos religiosos, papelaria, valores de salários pagos a empregados da irmandade (enfermeiros, médicos, coveiros, administradores, escriturais, serventes, freiras, padres, entre outros, além dos serviços pagos a carpinteiros, ferreiros e outros trabalhadores). Também eram computados serviços de anúncio em jornal, aluguel de escravos, preço pago pelos senhores por escravos internados no hospital, com a respectiva correspondência no livro de registro de enfermos. Estes registros contábeis eram feitos com detalhes, seguindo recomendações de um alvará régio de 1806, e são de quatro tipos: receita e despesa (1847-1909), contabilidade diária (1848-1960), despesa diária do hospital (1883-1914) e contas correntes (expostos, empréstimos, bancos, etc.).

A documentação das Misericórdias pode ser útil não apenas aos que estão interessados na instituição, aos assistidos ou nas modalidades de assistência, como já dito, pois compreende uma esfera ampla do “social” nos séculos XIX e XX que ainda deve ser explorada pelos historiadores.

Conclusão: o memorial e a integração do acervo

A documentação escrita ainda necessita de um sistema de arquivo capaz de dar conta das diversas instâncias de produção de documentos. Atualmente, a documentação está espalhada por, pelo menos, cinco locais:

- Provedoria – documentação corrente e atas administrativas desde 1847;
- Administração – documentação corrente;
- “Arquivo Morto” – documentação administrativa e da provedoria desde a década de 1960;
- Serviço de Arquivamento Médico Estatístico (Same) – documentação médica desde a década de 1980; cemitério São Francisco de Paula – registros de enterramento e outros do cemitério desde 1937;
- Arquivo Histórico – constituído recentemente e cuja documentação foi analisada neste artigo.

Para integrar este sistema de arquivos, por certo, é necessário o trabalho de um arquivista, uma das metas para o próximo ano, quando, a partir da criação do Memorial da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, pretendemos também oferecer um tratamento adequado ao acervo de objetos. O projeto prevê a publicação do inventário e integração do Arquivo Histórico em um futuro sistema de arquivos da Misericórdia; a criação de um museu que guarde e exponha os objetos do acervo; a integração do Salão de Honra (que possui

um vasto acervo de quadros dos séculos XIX e XX) ao projeto museográfico; um programa de educação patrimonial voltado aos funcionários, membros da irmandade, universitários que possam vir a realizar pesquisas no acervo e, após, a elaboração de exposição para escolas de ensino médio e fundamental da cidade.

O Memorial, por ora, ainda é um projeto, mas pensamos que, com o envolvimento de historiadores, museólogos, arquivistas e outros profissionais, é possível criar uma instituição suficientemente organizada para dar conta de um acervo tão vasto e diversificado. Fica a lembrança de que este tipo de acervo existe em muitas cidades do Rio Grande do Sul, seja de Misericórdias, seja de outras instituições hospitalares e/ou asilares. Sabendo da importância deste material para a pesquisa em diversas áreas, cabe aos pesquisadores o investimento na preservação e conservação desses acervos.

File's constitution, using and possibilities of research in historical documentary acquis of Santa Casa de Misericórdia de Pelotas

Abstract

The article deals with the creation and use of the Historic Archive of the Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. This brotherhood of Mercy, like others with the same name, has a collection of social history sources of the XIXth and XXth centuries. Issues like health, childhood, religion, economy, politics, social networks, charity, finally, sources

about relations among various social groups can be found in this collection. The article has five parts. After the introduction a general presentation of this kind of brotherhood and its collection is made. After, the processes of cleaning, cataloging and the storage of material are addressed. The uses and possibilities of research in the Archive are located just before the conclusion, where future projects, like a Memorial, are thought.

Key words: Collection preservation. Sources. Brotherhoods. Social history.

Notas

- ¹ Sobre este assunto e a criação do Arquivo Público e do IHGB, ver COSTA, Célia. O arquivo público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000. p. 217-231. GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 5-27.
- ² Assim também é possível afirmar sobre o interesse em arquivos de cúrias diocesanas, que guardam boa parte dos registros de casamento, nascimento e óbito dos séculos passados.
- ³ Tânia Pimenta, que se refere à importância da documentação das Misericórdias para a pesquisa da vida dos escravos no século XIX, lamenta que os “preciosos registros de enterros da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro” são “de difícil acesso e se encontram em um estado lastimável”. PIMENTA, Tânia Salgado. Um guia da vida dos escravos no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, v. VIII, n. 2, jul./ago. 2002. p. 460. A historiadora portuguesa Isabel dos Guimarães Sá, em seu capítulo sobre a Misericórdia de Salvador, também lamenta as dificuldades de pesquisa na Santa Casa do Rio de Janeiro. Veja-se SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997.
- ⁴ Ver SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre*. Para uma discussão específica sobre a organização e composição social da Misericórdia de Pelotas, ver TOMASCHEWSKI, Cláudia. A Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (RS) e a elite local (1847-1918). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS IBERO AMERICANOS. Porto Alegre, 2006. *Anais...* CD-ROM.
- ⁵ Ver GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997; LAVALLE, Adrián Gurza. *Vida pública e identidade nacional*. São Paulo: Globo, 2004; RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos*. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia 1550-1775. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- ⁶ O termo “doença suspeita” ocorre normalmente quando há suspeita de doença epidêmica ou contagiosa.
- ⁷ Nesse período Cláudia Tomaszewski realizou um estágio voluntário na Santa Casa de Pelotas.
- ⁸ Pesquisa financiada pela Capes e defendida junto ao PPG em História da PUCRS. Ver TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a irmandade da Santa Casa de Misericórdia em Pelotas - RS (1847-1922)*. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Disponível em: www.pucrs.br/pghistoria. Também foi feito um TCC de Licenciatura em História utilizando a documentação, ao que adveio o interesse pela conservação do acervo. Ver TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Asilar ou curar? A Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e o seu hospital (1848-1908)*. Pelotas: UFPel, 2005. Disponível no Núcleo de Documentação Histórica ICH/UFPel.
- ⁹ Do projeto de extensão participaram os acadêmicos Darlene Bederode de Ávila, Sandra Halfen Silveira, Taciana Rocha Casanova, Odilon Leston Júnior, Vanessa da Silva Devantier, Cristiano Gehrke, Marcela Reinhardt de Souza e os professores Cláudia Tomaszewski e Ademar Lourenço da Silva Júnior. As estagiárias da Museologia que deram um tratamento mais sistemático ao acervo são as três primeiras acadêmicas mencionadas. Os alunos do bacharelado em História que fizeram estágio curricular no arquivo são Shana Ramos, Melissa Xavier e Glauco Roberto.
- ¹⁰ BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 127.

- ¹¹ Ver PENTEADO, Pedro. *A investigação em sistemas de arquivo organizacionais*: algumas reflexões sobre o caso das Misericórdias de Portugal. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5611.PDF>. Acesso em: 17 jan. 2009.
- ¹² A bibliografia sobre Misericórdias e a que trata de grupos específicos foi tratada em TOMAS-CHEWSKI, Cláudia. Santa Casa de Misericórdia e assistência pública. In: SIMPÓSIO DE PESQUISAS HISTÓRICAS DOS GRUPOS DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, I. Porto Alegre: PUCRS, 2005. *Anais...* CD-ROM.
- ¹³ Ver AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa*: política, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Pelotas: Edição do Autor, Sebo Içária, 2008; ANJOS, Marcos Hallal. *Estrangeiros e modernização*: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Pelotas: Editora UFPel, 2000; GILL, Lorena Almeida. *Um mal do século*: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004; GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e sangue*: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 1999; VANTI, Elisa dos Santos. A breve história de Ethelvina: caridade, filantropia e assistência à infância em Pelotas (RS, 1875-1900). *História da Educação*, ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas, v. 12, p. 143-158, set. 2002. Algumas das pesquisas de graduação e mestrado em história que abordam a instituição são BARROS, Leidiana Vieira dos Santos. *A caridade como busca para salvação*: a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1891-1928). TCC (Licenciatura em História) - UFPEL, Pelotas, 2007; FARIAS, Valéria Soares. *Santa Casa de Misericórdia de Pelotas*: proteção aos indigentes e às crianças abandonadas. Monografia (Licenciatura em História) - UFPEL, Pelotas, 2000; TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Asilar ou curar?* A medicina e o hospital da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1848-1908). Monografia (Licenciatura em História) - UFPEL, Pelotas, 2005; TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência*: a irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Dissertação (Mestrado) - PUCRS, Porto Alegre, 2007.
- ¹⁴ Ata da Mesa Administrativa de 14/2/1914. As atas da Mesa ainda se encontram na sala da provedoria e devem ser integradas ao arquivo histórico a partir de março.
- ¹⁵ Bello, foi político regional e nacional nas décadas de 1840 e 50. A ele foi dado o título de “Irmão da Misericórdia” por ter obtido “vantagens” na consignação provincial.
- ¹⁶ Relatório do vice-presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1852. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1852. Disponível em: www.crl.edu. Acesso em: 19 jan. 2008.
- ¹⁷ Ofício dirigido ao Ilmo. Sr. Barão de Muritiba, presidente desta província. (Participação de falecimento). Livro de registro de documentos e ofícios n. 1 de 1847 a 1869. (ASCP1B01).
- ¹⁸ Relatório do provedor Domingos Antônio Félix da Costa em 25 de julho de 1858. Idem.
- ¹⁹ Relatório ao presidente da província em 4 de outubro de 1859. Idem.
- ²⁰ Relatório à nova Mesa em 6 de setembro de 1863. Idem.
- ²¹ Relatório ao presidente da província em 11 de janeiro de 1863. Idem.
- ²² Para um exemplo das possibilidades de utilização desses registros ver SOUSA, Jorge Prata de. Anotações a respeito de uma fonte: os registros de óbitos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro século XIX. In: PORTO, Ângela (Org.). *Doenças e escravidão*: sistema de saúde e práticas terapêuticas. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2007. CD-ROM.

Referências bibliográficas

ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do Império português. *História, Ciências, Saúde*, manguinhos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 591-611, set./dez. 2001.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa*: política, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Pelotas: Edição do Autor, Sebo Içaria, 2008.

ANJOS, Marcos Hallal. *Estrangeiros e modernização*: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Pelotas: Editora UFPel, 2000.

- BARROS, Leidiana Vieira dos Santos. *A caridade como busca para salvação: a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1891-1928)*. TCC (Licenciatura em História) - UFPEL, Pelotas, 2007.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes*. Tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- COSTA, Célia. O arquivo público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000.
- FARIAS, Valéria Soares. *Santa Casa de Misericórdia de Pelotas: proteção aos indigentes e às crianças abandonadas*. Monografia (Licenciatura em História) - UFPEL, Pelotas, 2000.
- GILL, Lorena Almeida. *Um mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Tese (Doutorado em História) - PUC, Porto Alegre, 1999.
- LAVALLE, Adrián Gurza. *Vida pública e identidade nacional*. São Paulo: Globo, 2004.
- PENTEADO, Pedro et al. *A identificação e a avaliação da documentação acumulada nas misericórdias: o caso de Sintra*. Disponível em: <http://planeta.ip.pt/~ip240842/artigos1.htm>. Acesso em: 16 nov. 2006.
- PENTEADO, Pedro. *A investigação em sistemas de arquivo organizacionais: algumas reflexões sobre o caso das Misericórdias de Portugal*. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5611.PDF>. Acesso em: 17 jan. 2009.
- PIMENTA, Tânia Salgado. Um guia da vida dos escravos no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde*, manguinhos, v. VIII, n. 2, p. 459-463, jul./ago. 2002.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos*. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia 1550-1775. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.
- SOUSA, Jorge Prata de. Anotações a respeito de uma fonte: os registros de óbitos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro século XIX. In: PORTO, Ângela (Org.). *Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2007. CD-ROM.
- TOMASCHEWSKI, Cláudia. "Furiosos" e "incuráveis": as recusas ao internamento de loucos no hospital da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1848-1908). *Histórica* - revista on-line do Arquivo Público do Estado, São Paulo, v. 28, 2007.
- _____. A caridade e a assistência pública: o Estado, Misericórdias e a distribuição da assistência no Rio Grande do Sul - 1850-1900. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV. São Leopoldo: Unisinos, 2007. *Anais...* CD-ROM.
- TOMASCHEWSKI, Cláudia. A Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (RS) e a elite local - (1847-1918) In: CONGRESSO INTERNA-

CIONAL DE ESTUDOS IBERO-AMERICANOS. Porto Alegre, 2006. *Anais...* CD-ROM.

_____. *Asilar ou curar?* A medicina e o hospital da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1848-1908). Monografia (Licenciatura Plena em História) - UFPEL, Pelotas, 2005.

_____. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência:* a irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Dissertação (Mestrado) - PUCRS, Porto Alegre, 2007.

_____. O papel das Misericórdias na distribuição da assistência na província de São Pedro durante o Segundo Império In: LER CONGRESSO LATINOAMERICANO DE HISTÓRIA ECONÓMICA. Montevideo: Gega Multimédios, 2007. 13 p. *Anais...* CD-ROM.

_____. Santa Casa de Misericórdia e assistência pública. In: SIMPÓSIO DE PESQUISAS HISTÓRICAS DOS GRUPOS DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, I. Porto Alegre: PUCRS, 2005. *Anais...* CD-ROM.

VANTI, Elisa dos Santos. A breve história de Ethelvina: caridade, filantropia e assistência à infância em Pelotas (RS, 1875-1900). *História da Educação*, ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas, v. 12, p. 143-158, set. 2002.